

APONTAMENTOS SOBRE O EDITAL N. 04 DA SESU/MEC E PARECER N. 776 DO CNE EM VISTA DO EDUCADOR NECESSÁRIO PARA O ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

Maria Luiza Arruda de A. Serra

RESUMO

A LDB 9394/96, no capítulo IV, propõe uma nova organização pedagógica para o ensino de 3º grau. Para que esta se concretize é necessário a participação dos educadores, dos alunos e da sociedade civil organizada. O Parecer n. 776 do CNE e o Edital n. 04 da SESU/MEC têm essa preocupação, na medida em que convocam as Instituições de Ensino Superior a participarem do processo de elaboração das novas diretrizes curriculares, definindo, dentre outras questões, o perfil do educador necessário ao atual contexto brasileiro.

O Edital n. 04, de 10/12/1997 da Secretaria de Educação Superior/MEC e o Parecer n. 776, de 03/12/1997 do Conselho Nacional de Educação representam iniciativas concretas no sentido de se efetivarem as medidas previstas na Lei n. 9394/96. Isto porque o propósito de tais documentos legais é possibilitar a participação das instituições de ensino superior no processo de definição de novas diretrizes curriculares dos cursos superiores.

O referido Edital afirma que:

“As Diretrizes Curriculares devem conferir uma maior autonomia às IES na definição de seus cursos. Dessa forma, ao invés do atual sistema de currículos mínimos, onde são detalhadas as disciplinas que devem compor cada curso, deve-se propor linhas gerais capazes de definir quais as competências e habilidades que se deseja desenvolver nos mesmos. Espera-se, assim, a organização de um modelo capaz de adaptar-se às dinâmicas condições de perfil profissional exigido pela sociedade, onde a graduação passa a ter um papel de formação inicial no processo contínuo de educação permanente que é inerente ao mundo do trabalho”.

A adoção de novos princípios que melhor respondam às necessidades do atual momento histórico, aponta para a possibilidade de se construir as bases de uma educação que certamente edificará o futuro da sociedade brasileira.

Quando se pensa que o trabalho no curso de Pedagogia da UCDB se volta para a formação de educadores, vê-se que a responsabilidade é tão grande, que leva à reflexão sobre o perfil do profissional que se pretende preparar neste final de milênio.

Diariamente assistem-se a mudanças que mal dão tempo das pessoas situarem-se num mundo que se globaliza, derrubando fronteiras entre as nações e povos, apesar de todas as diferenças culturais e distâncias geográficas que se encurtam graças aos avanços tecnológicos na área da comunicação, do transporte e das ciências. Chegou-se à aldeia global anunciada por Mc Luhan. Devido a isso já não é mais possível pensar em formar apenas um professor. É preciso construir o cidadão, que saiba se posicionar politicamente nas questões do seu tempo e por isso mesmo ter consciência da sua responsabilidade diante da sua história e de seu povo.

Daí, a necessidade de se pensar num educador que tenha um sólido domínio de conhecimentos gerais que lhe possibilite entender historicamente o mundo em que vive, através de uma leitura crítica, que lhe permita questionar, debater, analisar e propor mudanças para

avançar na busca da qualidade de vida para a sociedade em geral e, em especial, para a parcela da população que ficou à margem do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, nas últimas décadas.

Neste sentido, cabe, pois, indagar sobre a leitura que o educador faz da situação do índio, do negro, das crianças de rua e outras minorias que vivem à margem da sociedade brasileira, mas que lutam diuturnamente para chamar a atenção sobre sua causa.

LUCKESI (1997) explicita de uma forma muito clara que:

“...a ação pedagógica não poderá ser, em hipótese alguma, entendida e praticada como se fosse uma ação neutra. Ela é uma atividade que se faz ideologizada; esta marcada, em sua própria raiz, pela ‘colaboração’ do projeto histórico que se delineia no decorrer da própria ação. A ação do educador não poderá ser, então, um ‘quefazer neutral’, mas um ‘quefazer’ ideologicamente definido”.

Esse educador, acima propugnado, precisa também de uma base sólida de conhecimentos específicos na área educacional, de sorte que possa exercer sua profissão e tenha condições de acesso ao mercado de trabalho que hoje se reveste de alto grau de competitividade.

Os conhecimentos gerais e específicos deverão possibilitar ao educador a continuidade e o aprofundamento de estudos ao nível de pós-graduação, além de estabelecer as bases para a auto-educação de caráter permanente. Deverão, ainda, desenvolver habilidades básicas necessárias a todo cidadão, tais como a leitura, escrita, interpretação, cálculo, enfim, habilidades que levem o homem a realizar níveis de raciocínio cada vez mais elaborados.

Tais habilidades são essenciais para o desenvolvimento das habilidades específicas, ou seja, aquelas que estão estreitamente relacionadas ao campo de trabalho do educador e que serão aprimoradas, transformadas ou reconvertidas de acordo com as mudanças provocadas pelas inovações científicas.

No sentido exposto acima, o educador precisa de desenvolver habilidades para relacionar-se com os alunos, com base na democracia e no respeito; de domínio de sala; bom nível de comunicação e diálogo; organização do trabalho escolar, através do planejamento de suas atividades; domínio de técnicas de ensino à luz de uma fundamentação teórico-metodológica; avaliação de seu desempenho e de seus alunos de forma construtiva e norteadora das propostas de trabalho e tomada de decisão, dentre outras.

Crê-se, ainda, que o educador deveria desenvolver atitudes que lhes permitisse compreender e atuar em seu contexto social de forma produtiva; utilizar criticamente as informações e os recursos da informática na sala de aula e na comunidade no exercício da sua cidadania.

Ressalta-se ainda a importância e a necessidade do profissional da educação estar acompanhando e estudando as pesquisas e avanços que estão sendo realizados nesta área, conhecendo, pelo menos, os pesquisadores que mais se destacam no cenário nacional e internacional pela excelência de seus trabalhos.

Para que o perfil, aqui definido, seja realmente alcançado é necessária a definição de conteúdos curriculares que venham proporcionar:

1 - compreensão da realidade sócio-econômico-política do Brasil e suas conseqüências na vida do brasileiro, em especial, no que se refere aos problemas educacionais;

2 - entendimento da evolução histórica da educação e a função social que esta cumpriu para atender às diferentes necessidades de cada momento da história;

3 - domínio das diferentes formas de comunicação: oral, escrita, televisiva, informática, etc., de forma a se integrar nas questões de seu tempo, com segurança, critério e discernimento;

4 - compreensão das abordagens filosóficas construídas his-

toricamente e as relações destas com as teorias do conhecimento;

5 - análise das diversas correntes psicológicas que explicam o desenvolvimento humano e sua relação com a aprendizagem;

6 - entendimento da importância do trabalho didático-pedagógico como organizador do currículo e das atividades escolares, e como articulador da teoria e da prática, de modo a perceber a relação entre a sociedade e o papel do educador, enquanto cidadão;

7 - domínio de metodologias e técnicas adequadas ao ensino das diversas áreas das ciências, mediante articulação com a prática vivenciada nas escolas que oferecem educação infantil e fundamental, nas modalidades regular e supletiva, extensiva aos portadores de necessidades especiais;

8 - compreensão da avaliação enquanto processo que orienta o trabalho docente, a relação professor-aluno, a adoção de metodologia, a reordenação de conteúdos, o crescimento individual e coletivo dos alunos e do professor;

9 - utilização da pesquisa enquanto instrumento de produção de novos conhecimentos, que favoreça a inserção do aluno no contexto científico e o desenvolvimento de processos mentais mais elevados.

Na questão dos conteúdos curriculares é necessário ter a sensibilidade para distinguir os que são transitórios e, portanto, passíveis de alterações e os que são permanentes, por se fazerem ainda necessários.

Dessa forma, trabalhando a formação de professores orientados por este perfil e atentos para acrescer outras características que vão se tornando necessárias, dadas as transformações sociais que ocorrem constantemente, acredita-se que se está minimamente dando condições de se estabelecer uma nova direção à ação pedagógica, possibilitando portanto, a construção de novas relações sociais, com mais respeito e dignidade ao ser humano.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, Edital n. 004, 10/12/97. Diário Oficial n. 241, de 12/12/97, Brasília-DF, 1994.

_____. Parecer n. 776, 03/12/97. Conselho Nacional de Educação, Brasília-DF, 1997.

_____. Ministério do Trabalho. SEFOR. *Habilidades, uma questão de competência?* Brasília-DF, 1996.

CANDAU, Vera M. (Org.). *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis : Vozes, 1994.

_____. (Org.). *A didática em questão*. Petrópolis : Vozes, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *O papel da didática na formação do educador*. In. Candau.

TORO, Bernardo. *Os novos códigos da modernidade*. II Assembléia de Crianças e Adolescentes da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Belo Horizonte-MG, 1997.

UNIVERSIDADE Católica Dom Bosco. *Regimento do Curso de Pedagogia*. Campo Grande-MS, 1990.

_____. Ementas do Curso de Pedagogia. Campo Grande-MS, 1997 e 1998.